

NATUREZA, TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO: o que dizem os Movimentos Sociais camponeses que atuam no Oeste de Santa Catarina?

Janaína Gaby Trevisan¹
Willian Simões²

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo apresentar uma síntese de nossas reflexões e análises a respeito da importância dos elementos naturais para os movimentos sociais camponeses, discutindo o lugar destes elementos no contexto de suas lutas e (re)existências diárias, bem como os conflitos ocasionados quando a natureza se torna campo de disputa (interesses capitalistas). A literatura consultada nos permite afirmar que essa questão eclode a partir das lutas travadas entre movimentos sociais populares, que propõem em suas diretrizes/matrizes uma perspectiva diferenciada de apropriação e uso da natureza daquelas de seus antagonistas (grandes empresas, agronegócio, latifúndio, Estado) ancorados nos pressupostos do desenvolvimento capitalista. Observa-se assim um movimento de (re)apropriação social da natureza.

Palavras-chave: Movimentos sociais, apropriação capitalista da natureza, reapropriação social da natureza.

Introdução

Consideramos a natureza como elemento indissociável da construção identitária de um movimento social, uma vez que esta representa não apenas um recurso, um fim econômico para estes grupos, pelo contrário, simboliza a semiose de uma individualidade que só se encontra na força desses movimentos: a sobrevivência e a (re)significação de seu território, bem como de sua maneira de desfrutar da natureza. É através dessa perspectiva, de (re)significar o território, de acordo com aquilo que se defende nos diversos grupos da via camponesa, que este trabalho tem sua fundamentação admitida, procurando ressaltar a valoração da natureza para os movimentos sociais e o valor da natureza para o sistema capitalista, uma vez que a ordem social

¹ Discente do curso de Geografia - Licenciatura, Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Chapecó (SC). E-mail: janainaggt@gmail.com.

² Docente da área de Ensino de Geografia, Curso de Graduação em Geografia-Licenciatura, Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Chapecó (SC). Membro do Núcleo de Estudos Território, Ambiente e Paisagem (NETA) na UFFS e do Coletivo de Estudos sobre Conflitos pelo Território e pela Terra (ENCONTTRA), na Universidade Federal do Paraná. E-mail: willian.simoos@uffs.edu.br.

contemporânea se caracteriza por valores culturais diversos e se defronta com interesses sociais opostos, ou seja, nesse cenário se esbarram relações de poder pela reapropriação da natureza e pelo controle dos processos produtivos nela encontrados (LEFF, 2011).

Ainda, se faz pertinente estudar essa relação da sociedade com a natureza, pois entende-se que, assim como já afirmaram Santos e Silveira (2011), a fase compreendida como “período técnico”, (impulsionada principalmente após a Revolução Industrial) tem mecanizado o espaço, fazendo com que as lógicas e os tempos humanos imponham-se à dinâmica da natureza. Evidenciamos situações em que as possibilidades técnicas denotam os conflitos resultantes da emergência de sucessivos meios geográficos, aonde essa tecnicidade, de acordo com Raffestin (1980) pode se definir como o conjunto das relações que o homem mantém com a natureza e com ele mesmo, resultando em uma tecnicidade dissimétrica e que implica diretamente em relações destrutivas do meio material, e não obstante

[...] a tecnicidade nos introduz diretamente na esfera do poder, e tanto mais quanto ela exprime relações de poder não somente com a matéria, mas também com os homens para os quais essa matéria é um trunfo. A produção dos recursos supõe, pois, uma dominação mínima de uma porção do quadro espaço-temporal do qual, e para o qual a tecnicidade interage com a territorialidade. A relação com a matéria é, portanto, ipso facto, uma relação com o espaço e com o tempo. É todo o problema do acesso que assim se coloca: acesso no espaço e/ou acesso na duração. (RAFFESTIN, 1980 pg. 204).

Dessa maneira, destaca-se que o espaço natural adquire um fim comercial-financeiro, elevando as possibilidades de conflitos e de dominação territorial-social, uma vez que se tornou espaço em disputa, sobretudo com uso das forças coercitivas e abusivas do capital, colocando em jogo não apenas os elementos naturais, mas também o próprio trabalho humano como questão central nessa relação sociedade-natureza, de acordo com as reflexões marxistas:

É fatal que tais procedimentos acabem por ser abolidos, que a propriedade agrária, a base da propriedade privada, seja arrastada para o movimento da propriedade privada e se transforme em *mercadoria*; que o domínio do proprietário surja como o regime nu e cru da propriedade privada, do capital dissociado de toda a tonalidade política; que a relação entre o proprietário e o trabalhador se reduza à relação econômica de explorador e explorado; que toda a relação pessoal entre o proprietário e a sua propriedade seja extinta, transformando-se em simples riqueza *material*; que em lugar do honroso casamento com a terra se instale o casamento do interesse, e a terra, juntamente com o homem, se deprecie a objeto de especulação. É fatal que a base da propriedade agrária, o desprezível interesse próprio, revele-se na sua forma cínica. É inevitável que o monopólio inalterável se transforme em monopólio móvel e agitado – em concorrência; que a posse ociosa dos produtos do sangue e dos trabalhos dos outros transforme para o comércio febril com a mesma mercadoria. Finalmente, é inevitável que nesta concorrência a propriedade agrária, sob a forma do capital, manifeste o seu domínio tanto sobre a classe trabalhadora como sobre o próprio

proprietário, à medida que as leis do movimento do capital os arruinam ou movem. (MARX, imp. 2002, pg 107).

É preciso salientar que neste estudo, levamos em consideração a aplicação de um questionário e a realização de um seminário, oportunizado pelo professor Humberto José da Rocha, do Curso de Ciências Sociais, no componente curricular denominado “Brasil: terra, água, minérios e florestas”, ministrado no curso *Latu Sensu* intitulado “Especialização em Educação do Campo com ênfase em estudos da realidade brasileira”, da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Chapecó. O questionário aplicado e o diálogo realizado incluíram a participação de todos os movimentos sociais participantes do curso (urbanos, rurais, populares). Entretanto, para este momento, realizamos um recorte para análise considerando os movimentos sociais ligados à via camponesa que atuam na região oeste do estado de Santa Catarina, sendo eles: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetrafsul).

Nossas reflexões giram em torno das questões que indagaram sobre “o lugar dos recursos naturais nas relações de poder e desenvolvimento”, assim como sobre os “projetos de desenvolvimento realizados pelos movimentos sociais e sindicais e, acerca dos desafios que estas entidades coletivas enfrentam ao longo de sua história e na atualidade em torno das potencialidades naturais brasileiras”. As sínteses realizadas pelas entidades coletivas denunciam a íntima relação que a sociedade possui com a natureza e esta, por sua vez, possui uma valoração de um elemento que é tido como indispensável à sobrevivência e (re)existência dos povos camponeses, não como meio de exploração e dominação autodestrutiva, mas sobretudo, como fator indissociável da construção da identidade das comunidades em que se originam estes movimentos.

A partir das sínteses elaboradas pelos próprios movimentos, concomitantemente em diálogo com as contribuições literárias/científicas acerca do tema, pretende-se refletir sobre como a ideia de desenvolvimento ambiental, proposta por protagonistas ligados à lógica do capital, mascaram efeitos perversos provocados na relação sociedade-natureza, ao mesmo tempo em que revela a força de um sistema capitalista opressor.

Assim, também queremos analisar como estes movimentos sociais populares ampliam as possibilidades de (re)configuração do espaço por meio da reapropriação social da natureza,

que desde nossa compreensão, procuram redesenhar a geografia da natureza para além da ideia de desenvolvimento inscrita no capitalismo, onde na definição de progresso está intrínseca a de “dominação da natureza” em seu sentido perverso (PORTO-GONÇALVES, 2015). Partimos do pressuposto de que é a sinergia destes movimentos, no contexto da luta de classes, que possibilitará a recuperação dessa (re)apropriação social da natureza, (re)significando a relação sociedade-natureza na contemporaneidade e desenvolvendo, de acordo com Porto-Gonçalves (2011), um outro modo de pensar e de agir que incorpore uma outra relação com a natureza-homem, independentemente de seu ecossistema: trata-se de um outro modo de vida, que exige um outro modo de produzi-la.

Porque a natureza se insere como elemento central nos debates dos movimentos sociais do oeste catarinense?

Como reflexo de todas as transformações provocadas pelo processo de avanço técnico-científico-informacional (SANTOS, 1996) o camponês advoga que a harmonia natural do mundo foi violada pelo uso abusivo, coercitivo e descontrolado da tecnologia e pela opressão e dependência dos homens ao mercado e às suas normas pouco flexíveis (ALMEIDA, 2009). Ainda de acordo com o autor, evocar os saberes camponeses, nos induz à formação de um saber de resistência, nos faz compreender um movimento de autodefesa contra todas as agressões e ameaças externas, principalmente, das dinâmicas deste sistema capitalista, reforçando também o que os movimentos sociais nos ensinam sobre espírito de união e solidariedade no combate a essas perturbações, aumentando sua capacidade de resistência num esforço sinérgico, ampliando seu espaço econômico (não sem ambiguidades e sem dificuldades) contra um “saber modernizado”, contra uma racionalidade instrumental (ALMEIDA, 2009).

Nessa perspectiva, através do questionário realizado com os movimentos sociais da via campesina do oeste catarinense, observamos como o lugar da natureza ocupa um espaço de (re)existência em ambos os grupos, que caminham em direção à preservação e ao uso racional de seus recursos. As análises a seguir, embasadas nas respostas dos trabalhos desenvolvidos com os movimentos, nos facilitam essa compreensão. Discorreremos sobre tais respostas nos próximos parágrafos, todas elas retiradas do questionário respondido pelos próprios coletivos dos movimentos.

O Movimento Sem Terra (MST), em suas réplicas, nos permite verificar como a terra é colocada como elemento central no que diz respeito a seus recursos naturais em disputa, resistindo a partir de uma **contra hegemonia do território**, retomando a historicidade da questão agrária como fator desencadeador dos processos de desigualdade que se gestaram e ainda se gestam no país e que travaram diversas lutas por ocupação de terra. É através da luta pela Reforma Agrária Popular e de movimentos de re(existência) que pulsa a força do MST.

Já o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) tem na sua missão a produção de alimentos saudáveis e diversificados, através da construção de um projeto de agricultura camponesa com viés agroecológico. A partir dessa perspectiva que as relações de poder e desenvolvimento se constroem, na formação e no (re)conhecimento das mulheres camponesas enquanto protagonistas de uma relação simbólica com a terra e com a natureza. A produção de sementes crioulas desse grupo propicia geração de renda, autonomia econômica e uma negação ao modelo de agricultura convencional, promovendo qualidade de vida a partir de uma alimentação saudável e da preservação da **biodiversidade da natureza**.

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) luta pela **preservação da água** como fonte geradora de energia alternativa, com finalidade a atender principalmente os pescadores do movimento e também para recurso de irrigação, contrapondo-se às propostas e edificações de barragens que comprometam a moradia, a qualidade de vida e a permanência das famílias dentro desses territórios de construções.

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetrafsul), considerando que os recursos naturais ocupam o topo da cadeia do poder e desenvolvimento, **interfere no momento em que o capital detém os recursos e se apropria dos mesmos de forma indevida ou abusiva** o que acaba gerando, por consequência, condições de manter não as comunidades tradicionais, mas sim, riquezas que vão ao encontro dos interesses do sistema capitalista, subversivo e exclusivo.

Nessa mesma lógica, **dada a importância dos recursos naturais** (acesso à terra, à água, a biodiversidade e a natureza como um todo), para a existência da identidade do campesinato, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) tem atuado para garantir que os camponeses tenham sempre contato e proximidade com tais recursos. Há um entendimento por parte desta entidade coletiva que a autonomia sobre o território objetiva manter a autonomia dos camponeses sobre o seu modo de vida e de fazer agricultura, buscando sempre o fortalecimento da classe camponesa. São os camponeses, assim como os povos indígenas e as

comunidades tradicionais que garantem, através da sua relação com o ambiente, a manutenção dos recursos naturais e do conhecimento a eles associados.

Dessa maneira, a consonância dos movimentos sociais da via campesina, com relação aos recursos naturais e ao lugar da natureza, reconhecendo a importância da racionalidade e da finalidade identitária dos mesmos, nos possibilita refletir que, a partir de suas singularidades, somadas ao coletivo, são movimentos que propugnam uma outra relação dos seres humanos com a natureza, emergindo a partir de determinadas condições sociais de existência que lhes dão substância, conforme explicou Porto-Gonçalves (2011) em outras observações.

A reflexão a partir de qual seria o lugar da natureza para os movimentos sociais, em contraste evidente daquilo que sugerem as veias capitalistas, também nos faz compreender que essa natureza supracitada tem sido tomada de valorização simbólica aos movimentos, não se atendo ao conceito de *natural* à natureza, mas sim, como um signo que constitui um dos pilares através dos quais se edificam suas relações sociais, sua produção material e espiritual, enfim, a sua cultura, nos indagando a considerar como foi e como é concebida a natureza em nossa diversidade social de classes e de modos de produção (PORTO-GONÇALVES, 2011).

Ao analisarmos a discrepância com a qual se emprega a força dos antagonistas dos movimentos sociais (grandes empresas, agronegócio, latifúndio, Estado), ancorados em um (des)envolvimento capitalista, evidencia-se um colonialismo do poder e do abuso da natureza por parte desta outra vertente, que depende fortemente da extração da matéria, da energia e inclusive, da energia humana, estabelecendo uma exploração não só da natureza, mas também do homem pelo próprio homem – sua força de trabalho.

Deste modo, sob o capitalismo, haverá, sempre, relações espaciais de dominação/exploração, tirando dos *lugares* e, mais, tirando *dos do lugar*, o poder de definir o destino dos recursos com os quais vivem. Assim, é preciso agir não só localmente, como regional, nacional e mundialmente, posto que é a sociedade e seu espaço como um todo que está implicada no desafio ambiental; ao contrário do *slogan* – agir localmente e pensar globalmente – tão difundido nas lides ambientalistas que, como se vê, reduz a ação do local. Quem agiria nas outras escalas? É, no mínimo, ingenuidade deixar de assumir a dimensão política implicada na relação entre as diferentes escalas, quando poderosos grupos operam em escalas supralocais, estimulando territorialidades sem governo (para os outros). (PORTO-GONÇALVES, 2011, p. 68).

Nessa lógica capitalista, a questão central passa a ser, portanto, quem determina o quanto, com que intensidade, por quem e para quem os recursos naturais devem ser extraídos e transportados de um lugar para o outro, assim como o próprio (des)caminho que essa matéria irá realizar, caracterizando a natureza como um corpo de propriedade privada, objeto de compra

e venda, resultando numa mercantilização total e exorbitante daquilo que o meio oferece, não sendo difícil, no seio de uma sociedade com esses fundamentos, equivocar-se na confusão entre riqueza com sua expressão monetária, com as recorrentes consequências ambientais (e sociais) já assinaladas. (PORTO-GONÇALVES, 2011).

Essas diversas maneiras de uso (e abuso) dos recursos naturais, inferindo sobre o lugar da natureza para cada corrente de luta e pensamento, tornam possível atentar e dialogar com a tese de Porto-Gonçalves (2011) de que não são os homens, enquanto categoria genérica, que estão destruindo a natureza, mas sim, o homem sob determinadas formas de organização e conduta social, no seio de uma cultura heterogênea em sua formação de classes. Fica evidente então, que enquanto os movimentos sociais caminham construindo alternativas que procuram respeitar ao máximo o ritmo da natureza, reconhecendo seus limites e lutando pela sua preservação, o capitalismo, ao contrário, não pode ficar na dependência dos tempos da natureza, mas sim, requer a subordinação dessas temporalidades aos seus interesses.

A reapropriação social da natureza fomentada pela força dos movimentos sociais

O processo de emergência e configuração da região oeste catarinense pode ser evidenciado por meio da territorialização feita para atender às atividades das agroindústrias de acordo com seus próprios interesses, sobretudo a partir da década de 70 (ALBA et al, 2015). Essa (re)configuração espacial, marcada por conflitos e disputas da e na região suscitam os primeiros sinais da segregação socioespacial regional, conflagrando a importância da atuação dos movimentos sociais, tanto em escala local quanto em escala global – não necessariamente movimentos concretizados, mas podemos considerar nesse momento a própria dinâmica organizacional de pessoas que resistiram ao modelo de colonização, exclusão e (des)envolvimento que aqui se empregou (indígenas, caboclos, pequenos proprietários de terras, dentre outros).

Simultâneo a essa manifestação, considerando o amadurecimento dos movimentos sociais em várias escalas espaço-temporais, Porto-Gonçalves (2012) nos permite salientar que as possibilidades de relação diferenciada com a natureza, pelos povos camponeses, passam a ter maior visibilidade entre as décadas de 60 e 70, quando o capital avança com maior intensidade no campo, possibilitado pela sua ascensão no campo técnico-científico-informacional (SANTOS, 1996). Essa tecnicidade induz o lugar da natureza a um espaço de

disputa e poder, na medida em que seus elementos são mercantilizados e adquirem caráter de recurso, ao mesmo tempo em que se traduzem em dominação territorial e social (RAFFESTIN, 1980).

Nessa perspectiva, de acordo com Porto-Gonçalves, (2015), a lógica do capital e sua supremacia tem a natureza como recurso a ser explorado a qualquer custo, apropriando-se desta por meio de uma política ludibriadora de desenvolvimento sustentável, que busca naturalizar o processo de comercialização da natureza e de mercantilização dos recursos naturais. Portanto, conforme sustenta Leff (2011) em suas afirmações, temos em jogo um conflito ambiental que se apresenta, num campo estratégico e político heterogêneo, onde se misturam interesses sociais, significados culturais e processos materiais que caracterizam diferentes racionalidades, onde o ecológico, o lugar da natureza, pode continuar subalterno a reivindicações de autonomia cultural e democracia política. É neste movimento de dominação e exploração que a execução e a práxis dos movimentos sociais se faz imprescindível, numa tentativa de reconfigurar esse espaço e tornar à natureza o seu devido lugar, não de recurso unicamente econômico, mas sim, de elemento indissociável da construção de uma história, de uma luta e de uma cultura de sobrevivência.

Historicamente a terra (e seus devidos recursos, a natureza, os recursos naturais) sempre ocupou um lugar central na formação da sociedade brasileira, sendo objeto de discussões e ideologias políticas, de ações coletivas e de conflitos; os movimentos sociais, principalmente, ainda hoje mantêm estreitos e profundos laços com a terra, contestando os espaços de disputa, resquícios de um processo de estruturação agrária desigual que se sucedeu - é nesse sentido, portanto, que as ações coletivas dos movimentos vêm para intervir no sistema social, implicando em luta entre pelo menos um de seus antagonistas, no intuito de barrar essa apropriação e uso indevido de valores e recursos sociais naturais atacadados na lógica do capitalismo (ALMEIDA, 2009).

Fomentar essa reapropriação social da natureza a partir dos movimentos sociais, movimentos de resistência à capitalização da ordem da cultura e as reivindicações compensadoras pelos danos causados à natureza são uma resposta a estas formas de iniquidade e injustiça dentro da ordem econômica, institucional e jurídica dominante (LEFF, 2011) ainda tão presentes e expressivas na prática capitalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: para continuar refletindo sobre o lugar da natureza nos conflitos sociais...

No interior de uma sociedade capitalista como a que se perpetua na contemporaneidade, lançar-se na resistência desse sistema tem sido um desafio e um ato de coragem, contrapondo-se àquilo que o mercado hoje dita como regra. A exemplo dessa negação dos costumes convencionais/tradicionais, encontramos os movimentos sociais, dispostos a (sobre)viver em meio a tanta subversão praticada na falsa moral capitalista. É preciso salientar, que conforme nos explica Gohn (2013), os movimentos sempre existiram e sempre existirão, isso porque representam forças sociais organizadas que somam pessoas não como força-tarefa, mas como campo de atividades geradoras de criatividade e inovações socioculturais, reinventando e dando sentido às lutas presentes, diante da adversidade que enfrentam – os movimentos, em seus atos de (re)existência, são o coração, o pulsar da sociedade, projetando um horizonte com sentimento de pertencimento social.

No caso específico da apropriação social da natureza pelos agentes dos movimentos sociais, ressaltamos as várias dimensões que esta discussão ganhou, como por exemplo, a economia política, que

(...) constituída na relação da força de trabalho, do capital e da terra tem se deslocado nos últimos anos para uma ecologia política na qual os antagonismos das lutas sociais se definem em termos de identidade, territorialidades e processos de sustentabilidade. As relações de produção e as forças produtivas já não se estabelecem somente entre o capital e o proletariado industrial – entre capital, trabalho e tecnologia – e se redefinem em suas relações com a natureza por meio de outros protagonistas (PORTO-GONÇALVES, 2011, p. 165).

Configurando um cenário no qual os conflitos ambientais e pela natureza emergem, como salientou Leff (2011), de princípios éticos e culturais, as identidades culturais e os valores da natureza não podem ser contabilizados e regulados pelo sistema econômico. Tais lutas e movimentos protestam contra a marginalização e a opressão, reivindicando direitos sociais e culturais, pelo controle de elementos naturais dispostos em seus territórios, pela autogestão de seus processos produtivos e a autodeterminação de suas condições de vida, pautando por uma descentralização econômica e pela construção de uma racionalidade ambiental baseada em princípios não mercantis, como por exemplo, potencial ecológico, equidade transgeracional, justiça social e ambiental, diversidade cultural e democracia.

Concomitante a essa reafirmação de identidade, buscando valorizar a (re)existência de determinadas tradições, as ações dos movimentos sociais convergem para uma outra noção muito importante,

(...) de autonomia, sobretudo cultural e produtiva. Esse sentimento autônomo nada mais é que a expressão de um sentimento sociocultural, o desejo de fazer parte de um grupo de semelhantes identificados habitualmente como sendo de cultura camponesa, evoluindo em um espaço de autoprodução e preocupado em sentir a autonomia em relação à influência de certos fatores externos de perturbação, como, por exemplo, as políticas públicas inadequadas, insumos modernos caros e poluentes, classes e categorias socioprofissionais concorrentes, rigidez das regras do mercado, etc (ALMEIDA, 2009, p. 138)

Portanto, a busca e a luta pelo lugar da natureza, aquele que realmente confere, é um movimento ininterrupto e intrinsecamente ligado ao cotidiano dos movimentos sociais, que descobrem na natureza, também, o seu próprio lugar, o seu próprio pertencimento. Pensar nessa direção, aponta para mudanças nas diversas relações sociedade-natureza, praticando o exercício (o qual os movimentos sociais ainda o fazem muito bem em sua maioria) de abordar a natureza sem hierarquizá-la, sem subordiná-la e principalmente, sem permitir a apropriação indevida pelos protagonistas capitalistas.

Evidenciamos a partir da análise dos escritos de representações dos movimentos sociais ligados à Via Campesina, que prezar pelo uso sustentável da natureza e de seus recursos, é prezar pela sua própria (re)existência, dirigindo àquilo que Leff (2011) propôs em sua literatura, contemplando a ética da vida, esta, dirigida *à vontade de poder viver, de poder desejar a vida*, não como simples reafirmação do instinto vital e além da etologia do animal humano que se agarra à vida, mas como a vontade de poder viver com graça, com gosto, com imaginação e com paixão à vida (e a natureza!) neste planeta.

Referências Bibliográficas

ALBA, Rosa (et al.). Dinâmica populacional no oeste catarinense: indicadores de crescimento populacional dos maiores municípios. In.: BRANDT, Marlon, NASCIMENTO, EDERSON. **Oeste de Santa Catarina: território, ambiente e paisagem**. São Carlos: Pedro & João Editores, Chapecó, UFFS, 2015, 242p.

ALMEIDA, Jalcione. **A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil**. – 2ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 210 p.

GOHN, Maria da Glória (org.). Movimentos sociais na atualidade: manifestações e categorias analíticas. In.: **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. 6 ed. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2013.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. 8. ed. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2011.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos: texto integral**. – Ed. Martin Claret – São Paulo – SP – 2002 (Originalmente escritos entre abril e agosto de 1844).

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política. (Livro I – O processo de produção do capital)**. Tradução: Rubens Enderle – Boitempo Editorial. 1493 p. Disponível em <<https://coletivocontracorrente.files.wordpress.com/2013/10/tmqsq7jbv.pdf>> - @Created by PDF to ePub. Acesso em 27 de maio de 2017.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A ecologia política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**. Vol. 09 – nº 01 – JAN/JUN 2012. UFSC – Florianópolis – SC – Brasil. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.5007/1807-1384.2012v9n1p16>>. Acesso em 23 de maio de 2017.

_____. **A globalização da natureza e natureza da globalização**. 6ª ed. – Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2015.

_____. **O desafio ambiental**. Org.: Emir Sader. – 2ªed. – Rio de Janeiro : Record, 2011. (Os porquês da desordem mundial. Mestres explicam a globalização).

_____. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 15 ed. – São Paulo : Contexto, 2011 (Temas atuais).

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. Tradução: Maria Cecília França. Vol. 29 – Editora Ática : São Paulo, 2011.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. – 4 ed. 8. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014. – (Coleção Milton Santos; 1).

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. – 15ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2011.